

O ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA BIDOCÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Symone Mesquita de Oliveira ¹
Claudia Maria Pacheco Ramalho ²
Suzete Araújo Oliveira Gomes ³
Fernanda Serpa Card ⁴
Luiz Antônio Botelho de Andrade ⁵

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, enquanto imperativo ético e legal, demanda a superação de modelos tradicionais de ensino e a adoção de práticas pedagógicas que respondam à diversidade presente nas salas de aula. Neste contexto, o ensino colaborativo emerge como uma estratégia promissora, definido como uma parceria de trabalho entre o professor da sala de aula comum e o professor de educação especial (ou outro professor de apoio especializado), que compartilham a responsabilidade pelo planejamento, implementação e avaliação do ensino para todos os alunos em um mesmo ambiente (MEDEIROS et al., 2023; SANTANA; ALMEIDA, 2023). Esta abordagem pressupõe uma relação não hierárquica, baseada na confiança mútua, na liderança compartilhada e no diálogo constante, visando conjugar conhecimentos e metodologias para promover uma educação verdadeiramente equitativa (SOUZA et al., apud WEBER DE SOUZA; RUSCH KÖNIG; BRIDI, s.d.).

O cerne desta prática é a bidocência, onde dois educadores atuam de forma coordenada e complementar no espaço da sala de aula regular. Este arranjo visa, primordialmente, eliminar barreiras pedagógicas e atitudinais, flexibilizando o currículo e as estratégias de ensino para atender tanto às necessidades individuais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (como o autismo) e altas

¹ Doutoranda do Programa de Pós graduação em de Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) - UFF, symonemesquita@id.uff.br;

² Doutoranda do Programa, do Programa de Pós graduação em de Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) - UFF, c_ramalho@id.uff.br

³ Professora e Coordenadora do Programa de Pós graduação em de Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) - UFF de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) - UFF, suzetearaujo@id.uff.br

⁴ Professora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) - UFF - fernandaserpa@id.uff.br

⁵ Professor orientador: Professor do Programa de Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) UFF, labandrade@gmail.com.



habilidades/superdotação, quanto às do coletivo da turma (SILVA; VILARONGA, 2021; MENDES; GALVANI, 2017). A fundamentação do ensino colaborativo alinha-se, portanto, aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e da flexibilização curricular, os quais preconizam a criação de ambientes de aprendizagem acessíveis a todos desde o seu planejamento, sem a necessidade de currículos paralelos que possam segregar os estudantes (XAVIER et al., 2018).

Apesar de sua relevância, a implementação do ensino colaborativo no Brasil ainda é incipiente e enfrenta obstáculos significativos, que vão desde a formação docente até a falta de diretrizes políticas claras. Este resumo expandido tem como objetivo apresentar os resultados de uma revisão bibliográfica não exaustiva que buscou sintetizar as evidências disponíveis sobre os impactos, desafios e fatores críticos de sucesso associados à implementação do ensino colaborativo como ferramenta de promoção da inclusão escolar via bidocência.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica de caráter não exaustivo, que seguiu um protocolo estruturado de busca e análise. A seleção inicial dos estudos foi realizada por meio da ferramenta Elicit, a partir de um conjunto de 50 artigos potencialmente relevantes. A triagem final resultou na análise aprofundada de 10 estudos, selecionados com base em seis critérios predefinidos: 1) aderência ao tema do ensino colaborativo e inclusão; 2) foco na bidocência; 3) relato de resultados empíricos ou revisão sistemática; 4) contexto educacional brasileiro (prioritariamente); 5) disponibilidade de texto completo ou de resumo suficientemente informativo; e 6) diversidade de níveis de ensino e populações estudantis abordadas.

Cada um dos 10 artigos selecionados foi analisado minuciosamente em relação a cinco aspectos centrais: 1) características do modelo de ensino colaborativo estudado; 2) perfil dos participantes (professores e alunos); 3) contexto municipal ou institucional da pesquisa; 4) principais resultados relatados sobre a inclusão; e 5) desafios e fatores de sucesso identificados. A análise dos dados foi qualitativa, baseada na síntese e agrupamento temático das evidências extraídas dos estudos, permitindo a identificação de padrões, convergências e divergências na literatura examinada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A análise dos estudos revelou um predomínio de pesquisas de abordagem qualitativa, com destaque para a pesquisa-ação colaborativa e os estudos de caso, os quais, em conjunto, foram utilizados em seis dos dez trabalhos analisados. Essa predominância reflete a natureza contextual e processual do objeto de estudo, que demanda uma imersão no ambiente escolar para a compreensão das dinâmicas de colaboração. Em relação aos níveis de ensino, o Ensino Fundamental foi o foco de 60% dos estudos, seguido pela Educação Infantil (40%), indicando uma concentração das investigações nas etapas iniciais da educação básica.

Quanto aos modelos de colaboração, a parceria entre o professor da sala de aula comum e o professor de educação especial foi absolutamente predominante, sendo o modelo adotado em nove dos dez estudos. Apenas um estudo (VILARONGA et al., 2016) explorou uma variação deste modelo, focando na colaboração entre um professor de educação especial e um professor de disciplina específica (Ciências). Esta uniformidade sinaliza um consenso na literatura revisada sobre a centralidade dessa parceria para a efetivação da inclusão.

Os benefícios da inclusão por meio do ensino colaborativo foram consistentemente reportados nos estudos, podendo ser categorizados em três eixos principais:

1- Benefícios para os alunos com necessidades educacionais especiais: Os artigos documentaram melhoria significativa no desempenho acadêmico e no desenvolvimento social, aumento da participação nas atividades em sala de aula e maior facilidade de integração. Estudos com alunos com autismo (SANTANA; ALMEIDA, 2023; RABELO, 2012) e síndrome de Down (CAPELLINI, 2004; MENDES; GALVANI, 2017) destacaram como a bidocência permitiu intervenções personalizadas e a adaptação de materiais, resultando em uma apropriação mais efetiva do conhecimento.

2- Benefícios para o conjunto da turma: Foi recorrente a constatação de que a prática colaborativa beneficia todos os alunos, e não apenas o público-alvo da educação especial. A combinação de conhecimentos e metodologias diferenciadas (VILARONGA et al., 2016) e a possibilidade de um apoio mais individualizado devido à presença de dois professores foram apontadas como fatores que enriquecem a experiência de aprendizagem de toda a classe.

3- Benefícios para os professores: O desenvolvimento profissional emergiu como um benefício crucial. O processo colaborativo fomentou a prática reflexiva, o



compartilhamento de conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades e estratégias pedagógicas, contribuindo para uma atuação mais confiante e intencional dos docentes.

Contudo, a implementação do ensino colaborativo esbarra em uma gama considerável de desafios. Foram identificados 14 desafios distintos, sendo os mais frequentes: a limitação de recursos (especialmente tempo para planejamento conjunto e carga horária do professor de educação especial); a formação docente insuficiente (tanto inicial quanto continuada) para atuar em um modelo colaborativo; e dificuldades de implementação prática, como a realização de atividades conjuntas em sala de aula, a adaptação curricular e a operacionalização de uma pedagogia diferenciada. Problemas sistêmicos, como a falta de diretrizes políticas claras e de regulamentação específica (MENDES; GALVANI, 2017), também foram citados como entraves significativos.

Em contrapartida, a revisão permitiu elencar fatores críticos de sucesso para a efetividade da bidocência. Os mais citados foram:

1. Reuniões regulares e responsabilidades compartilhadas no ciclo de planejamento, execução e avaliação.
2. Comunicação clara e contínua entre os pares, tanto em momentos formais de planejamento quanto em interações informais.
3. Flexibilidade e adaptabilidade dos professores para ajustar métodos, estratégias e materiais em tempo real, respondendo às necessidades que emergem na prática.
4. Apoio institucional, que se manifesta por meio de políticas escolares favoráveis, suporte da gestão e alocação de recursos e tempo adequados para o trabalho colaborativo.

As práticas eficazes identificadas convergem para a ideia de um planejamento e execução intencionalmente compartilhados. Isso inclui a distribuição flexível de papéis, que pode variar de acordo com a expertise de cada professor e as demandas específicas da aula, e a adoção de estratégias de ensino adaptativas que contemplem a diversidade de estilos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada confirma o potencial do ensino colaborativo, materializado na bidocência, como uma ferramenta poderosa para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. Os benefícios reportados – que abrangem desde ganhos acadêmicos e sociais para os alunos até o desenvolvimento



profissional dos professores – justificam o investimento nessa abordagem. No entanto, fica evidente que a mera presença de dois professores na sala de aula é condição necessária, mas não suficiente. O sucesso da iniciativa depende da superação de desafios profundamente enraizados, que exigem uma transformação que vai além da esfera da sala de aula.

É imperativo que as instâncias gestoras dos sistemas de educação fornecem o suporte necessário, criando políticas públicas e diretrizes institucionais que legitimem e orientem a prática colaborativa. Isso envolve assegurar tempo remunerado para o planejamento conjunto, investir em programas de formação continuada focados nas competências para a colaboração e fomentar uma cultura escolar que valorize a cooperação e a inclusão.

Pesquisas futuras devem avançar no sentido de produzir mais evidências, inclusive com estudos quantitativos e de maior escala, que possam mensurar com maior precisão o impacto do ensino colaborativo e identificar os modelos mais eficazes para os diferentes contextos do sistema educacional brasileiro. A bidocência, portanto, se configura não como uma solução simples, mas como um caminho complexo, desafiador e, ao mesmo tempo, indispensável para a consolidação de uma escola que acolha e promova a aprendizagem de todos, sem exceção.

Palavras-chave: Ensino, Ensino Colaborativo, Bidocência, Educação Especial, Formação de Professores

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, V. L. M. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

MEDEIROS, R. V.; PAVÃO, S. M. O.; PICADA, Â. B. N. Contando história: Uma experiência de ensino colaborativo na educação básica. **Revista Contexto & Educação**, v. 38, n. 120, 2023.



MENDES, M. T. S.; GALVANI, M. D. O ensino colaborativo como facilitador da educação inclusiva na educação infantil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

RABELO, L. Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTANA, M. M.; ALMEIDA, R. S. Ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Interseção**, v. 5, n. 2, 2023.

SILVA, C. S. et al. Ensino colaborativo e as práticas de sucesso na inclusão: uma revisão sistemática da literatura. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 4, 2024.

SILVA, R. S.; VILARONGA, C. A. R. Colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. 1-20, 2021.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 60-77, 2014.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G.; ZERBATO, A. P. O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar: da teoria à prática docente. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar**. Marília: ABPEE, 2016. p. 113-134.

SOUZA, Betina Weber de; KÖNIG, Franciele Rusch; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. O ensino colaborativo como possibilidade para a promoção de práticas pedagógicas em um contexto educacional inclusivo. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.114014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/poled/management/settings/website/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/114014>. Acesso em: 10 nov. 2025.

